



Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola

Escola Secundária Jorge Peixinho
2019

1. Introdução

Este documento constitui-se como a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE) da Escola Secundária Jorge Peixinho (ESJP). Assente na legislação em vigor, no Projeto Educativo da ESJP e no Projeto de Intervenção da Escola, a EECE desenrolar-se-á tendo como grande finalidade desenhar e construir respostas para o grande desafio de definir e clarificar o que os professores, os alunos, e a comunidade em geral consideram fundamental aprender. Para a Escola, enquanto comunidade social, e segundo Domingos Fernandes (2011), o importante é

“(...) concentrar mais no papel que os professores e as escolas devem desempenhar para ajudar os alunos a aprender e consequentemente ajudá-los a serem cidadão críticos, cidadãos cultos, apreciadores da arte, apreciadores da História, da Literatura, da Ciência, e que isso lhes permita integrarem-se plenamente numa sociedade que nós pretendemos que seja cada vez mais democrática, mais aprofundadamente democrática se assim se pode dizer.”

O caminho para alcançar a concretização da finalidade explicitada tem de passar pela construção de uma resposta à questão: “Quais as finalidades educativas de Educação para a Cidadania?” (Trindade e Cosme, 2019, p. 20). Nesse sentido, o presente documento constitui a materialização da política da ESJP para atingir tal desígnio, ancorada no conjunto de projetos existentes na Escola e noutras dinâmicas próprias da cultura da escola.

2. Contextualização

Nos últimos anos, os programas dos Governos Constitucionais apontam como prioridade a concretização de uma política educativa, centrada nas pessoas que assegure a igualdade de acesso à escola pública no caminho para uma igualdade de oportunidades.

O Governo assume que: a) aqueles objetivos ainda não estão plenamente atingidos; b) a sociedade enfrenta, hoje, desafios diferentes, consequência dos processos de globalização e de mudanças tecnológicas; c) cabe à escola preparar os alunos que serão jovens e adultos para um futuro de incertezas.

No sentido de construir respostas para a necessidade de “desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos” ([Decreto-Lei n.º 55/2018](#), 6 de Julho), foi aprovado o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A procura por um desenvolvimento de competências para o exercício de uma cidadania activa e informada ao longo da vida levou à definição de um conjunto de medidas educativas entre as quais a criação de um Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania por despacho conjunto da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado da Educação ([Despacho n.º 6173/2016](#), publicado no D.R., II.ª Série, n.º 90, de 10 de maio de 2016). Da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho resultou a [Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#) (ENEC) no âmbito da qual se desenvolve a componente do currículo Cidadania e Desenvolvimento (CeD).

Esta missão é atribuída à escola, pressupondo:

- A existência de um capital acumulado de experiências e de projetos das escolas, um pouco por todo o país, nomeadamente em parcerias com ONG, Autarquias, Instituições de Ensino Superior (mas com assimetrias regionais e não universalidade das oportunidades de Educação para a Cidadania).
- O facto de a escola dever estar atenta aos problemas da sociedade, preparando as novas gerações para uma convivência plural e democrática.
- O respeito pela autonomia das escolas na definição de prioridades e finalidades a incluir no seu Projeto Educativo, tendo em conta a diversidade de contextos socioeconómicos e geográficos.
- A valorização da Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável no currículo ao longo da escolaridade obrigatória.

(ENEC, 2017, p. 5)

3. Que Educação para o século XXI?

A ENEC (2017) estabelece que o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (...) constitui-se como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola” (ENEC, p.1) mas também que a “Cidadania não se aprende simplesmente por processos retóricos, por ensino transmissivo, mas por processos vivenciais” e, ainda, a “Cidadania deve estar embutida na própria cultura de escola – assente numa lógica de participação e de corresponsabilização” (ENEC, p. 5). A operacionalização da componente curricular de CeD, deverá seguir uma abordagem de *Whole School Approach* visando, essencialmente, que:

- as práticas sejam sustentadas no tempo e não intervenções pontuais;
- as atividades letivas e não letivas estejam integradas nas práticas diárias da vida escolar;
- envolva os alunos em metodologias ativas e ofereça oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- esteja integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo a comunidade escolar.

Objetivos

A ENEC propõe que “se atenda aos três eixos que foram recomendados, em 2008, pelo *Documento do Fórum Educação para a Cidadania*:

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos);
- Relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo);
- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos)” (p. 6).

Para além dos objetivos os preconizados no Projeto Educativo, na Área de Intervenção A8, *Educar para a Cidadania* são objetivos da EECE da ESJP:

1. Fomentar o sentimento de pertença em toda a comunidade escolar;
2. Envolver a comunidade educativa em projetos de cidadania ativa;
3. Consciencializar os alunos para um comportamento cívico adequado, revelando a aquisição de valores fundamentais como a solidariedade, a entreajuda, a tolerância, a justiça social e o respeito pelo outro;
4. Valorizar atitudes e comportamentos socialmente responsáveis;
5. Incrementar o desenvolvimento da sensibilidade intercultural;
6. Fomentar a adoção, por parte dos alunos, comportamentos ambientalmente sustentáveis;

7. Incentivar a preservação, conservação e asseio das instalações, do material didático, do mobiliário e dos espaços verdes da escola;
8. Promover nos alunos a cidadania democrática e participativa na escola e na comunidade, motivando-os para uma participação cívica, ativa, consciente, responsável e crítica, nas diversas atividades em contexto escolar;
9. Desenvolver estratégias de trabalho colaborativo, multidisciplinar e motivador;
10. Envolver e corresponsabilizar os pais e encarregados de educação no processo de ensino-aprendizagem, na educação para a cidadania e para a civilidade, e na promoção de hábitos de vida saudáveis, aumentando a sua participação em atividades das turmas.

4. Domínios, temas e aprendizagens

Domínios

Os domínios estabelecidos no Anexo V da [Portaria n.º 226-A/2018](#), de 7 de Agosto, e nas Aprendizagens Essenciais distribuem-se, pelos anos de escolaridade do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, do seguinte modo:

DOMÍNIOS		ENSINO BÁSICO			ENSINO SECUNDÁRIO		
		7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º
1.º GRUPO DOMÍNIOS OBRIGATÓRIOS PARA TODOS OS CICLOS E NÍVEIS DE ENSINO CORRESPONDEM A ÁREAS TRANSVERSAIS E LONGITUDINAIS	Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais, e de solidariedade)	X			X	X	X
	Igualdade Género			X	X	X	X
	Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa)	X			X	X	X
	Desenvolvimento Sustentável	X			X	X	X
	Educação Ambiental	X			X	X	X
	Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico)		X		X	X	X
2.º GRUPO DOMÍNIOS OBRIGATÓRIOS EM, PELO MENOS, DOIS CICLOS DO ENSINO BÁSICO	Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva)		X				
	Media		X				
	Instituições e participação democrática			X			
	Literacia financeira e educação para o consumo						
	Segurança rodoviária						
	Risco	X					
3.º GRUPO DOMÍNIOS OPCIONAIS EM QUALQUER ANO DE ESCOLARIDADE	Empreendedorismo			X			
	Mundo do Trabalho			X			
	Segurança, Defesa e Paz		X				
	Bem-estar animal						
	Voluntariado		X				
	Outro						

No ensino secundário, caberá ao conselho de turma, em função das características dos alunos, selecionar os domínios a priorizar.

Temas

Cada conselho de turma escolherá o(s) tema(s) de cada um dos domínios sobre os quais serão desenvolvidos os trabalhos. Os temas constam dos Referenciais de Educação publicados no sítio eletrónico da Direção Geral de Educação considerados como documentos de apoio ao trabalho a desenvolver e que deverão ser usados e adaptados em função das opções e enquadrados nas práticas.

São, portanto, documentos de referência na abordagem dos diferentes domínios de cidadania os referenciais:

- Referencial de Educação Financeira
- Referencial de Educação para a Saúde
- Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz
- Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário
- Referencial de Educação para o Risco (RERisco)
- Referencial de Educação para os *Media* para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário
- Referencial de Educação Rodoviária para a Educação Pré-Escolar e Ensino Básico
- Referencial Dimensão Europeia da Educação para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário
- Referencial para a Educação do Consumidor

e, ainda, o sítio em linha da RBE intitulado Cidadania e Biblioteca Escolar- Pensar e Intervir.

Aprendizagens esperadas

As aprendizagens esperadas são as definidas no referencial de cada domínio para o(s) tema(s) selecionado(s).

Áreas de Competências do Perfil dos Alunos a desenvolver

No ensino básico, as áreas de competências devem seguir uma abordagem genérica tendo o cuidado de desenvolver em cada um dos alunos todas as áreas de competências, diligenciando no sentido da aquisição de atitudes, capacidades e aquisição de conhecimentos genéricos que lhes proporcionem um conjunto de ferramentas para a prossecução de estudos.

No ensino secundário, são indicadas todas as áreas de competências, cabendo aos conselhos de turma selecionar aquelas que estiverem mais diretamente relacionadas com o curso escolhido pelos alunos e com a respetiva orientação, quer seja prosseguimento de estudos quer seja a inserção na vida ativa.

Áreas de Competências	Ensino Básico	Ensino Secundário
Linguagens e textos	X	X
Informação e Comunicação	X	X
Pensamento Crítico e Pensamento Criativo	X	X
Raciocínio e Resolução de Problemas	X	X
Saber científico, técnico e tecnológico	X	X
Relacionamento interpessoal	X	X
Desenvolvimento pessoal e Autonomia	X	X
Bem-estar, Saúde e Ambiente	X	X
Sensibilidade estética e artística	X	X
Consciência e Domínio do Corpo	X	X

5. Organização e operacionalização de Cidadania e Desenvolvimento

A Cidadania e Desenvolvimento é uma componente do currículo nacional e desenvolve-se em diferentes abordagens segundo o ciclo e o tipo de ensino:

- no 3.º ciclo do ensino básico, funciona como disciplina autónoma enquadrada na área disciplinar de Ciências Sociais e Humanas, ficando, assim, adstrita aos docentes do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, conforme a matriz curricular base definida no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de Julho; tem uma organização semestral e uma carga horária semanal de um tempo de 50 minutos;
- no ensino secundário, a componente do currículo é desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação sob coordenação de um dos professores do conselho de turma.

Operacionalização

Na operacionalização de CeD privilegia-se a metodologia de trabalho de projeto, tendo os conselhos de turma a possibilidade de se articular com os diferentes projetos em vigor na Escola, nomeadamente:

- Clube Descobre
- Clube de Robótica
- Clube Europeu
- Clube Ciência Viva na Escola
- Concurso Nacional de Leitura (CNL)
- Desporto Escolar
- Gabinete de Inclusão e Educação para a Saúde (GIES)
- Laboratório de Desenho A
- Laboratório de Geometria Descritiva
- Plano Nacional de Cinema (PNC)
- Projeto “Conta connosco”
- Projeto “Eco-Escolas”
- Projeto “A Escola e as Famílias”
- Projeto Educação para a Saúde
- Projeto Erasmus +
- Sempre a Aprender (SAA)

A biblioteca escolar constitui-se como uma estrutura congregadora de recursos e metodologias de trabalho a mobilizar para o desenvolvimento da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola, através da articulação com os diversos parceiros da escola e da comunidade.

A ESJP tem estabelecidas, ainda, parcerias com as seguintes instituições:

- Agrupamento de Escolas do Montijo;
- Associação Nacional de Bombeiros;
- Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo;
- Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva;
- Câmara Municipal do Montijo;
- Centro de Ciência Viva do Lousal;
- Centro de Formação de Montijo e Alcochete - CENFORMA;
- Centro de Saúde de Montijo, na promoção da vacinação, exames globais, cheques dentista e sessões de esclarecimento de alunos na área da sexualidade, ao longo do ano letivo;
- Centro Qualifica Joaquim Serra;
- Cercima;
- Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida;
- Conservatório de Artes do Montijo;
- Escola Profissional do Montijo;
- Estabelecimento Prisional do Montijo;
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa;
- Florineve;
- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território;
- Instituto Piaget de Almada;
- Instituto Politécnico de Setúbal.
- Junta de freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro;
- Universidade Lusófona de Lisboa.

Estas parcerias constituem opções para o desenvolvimento dos projetos de Educação para a Cidadania, uma vez que, “de forma contextualizada” podem contribuir para o “desenvolvimento de experiências reais de participação e de vivência da cidadania” (ENECD, 2017, p. 15).

Modalidades de trabalho

O carácter transversal, de articulação disciplinar com abordagem de natureza interdisciplinar da componente de CeD sugere, entre outras, o uso de metodologia de trabalho de projeto ou o recurso a estratégias contendo actividades de aprendizagem cooperativa.

No ensino secundário, o trabalho poderá estruturar-se de acordo com diversas configurações:

- Exemplo 1 – os alunos concebem um projeto no âmbito dos domínios indicados para o respetivo ciclo de ensino, que implique pesquisa e organização da informação de forma crítica e autónoma, gestão de projeto e tomada de decisões para resolver problemas, construção de argumentos para fundamentar as decisões, definição de objetivos, elaboração de planos e concretização de projetos com sentido de responsabilidade e autonomia. São exemplos de ações: a organização de um evento, conferência, ações de sensibilização na escola ou em instituições.
- Exemplo 2 – os alunos participam por sua iniciativa num projeto da escola ou num projeto da comunidade em instituição com a qual a escola tem parceria, de forma livre, autónoma, responsável, e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia com intervenção ao nível da planificação, organização e implementação de atividades.
- Outras modalidades.

6. Avaliação das Aprendizagens

A avaliação das aprendizagens na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento realiza-se de acordo com os normativos legais em vigor para cada nível de ensino. Assim, no 3.º ciclo do ensino básico, a avaliação é quantitativa e da responsabilidade do conselho de turma por proposta do professor da disciplina. A classificação expressa-se numa escala de 1 a 5.

No ensino secundário, “não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação dos alunos nos projetos desenvolvidos objeto de registo anual no certificado do aluno” (ponto 5 do artigo 10.º da Portaria n.º 226-A/2018, de 17 de Agosto). Neste sentido, a componente de CeD terá uma classificação qualitativa que espelhe o contributo, o grau de participação e de empenho dos alunos no desenvolvimento do trabalho, de acordo com os Critérios de Avaliação.

7. Avaliação da EECE

A monitorização e a avaliação da EECE cabem ao Gabinete de Avaliação Interna da ESJP (GAI).

Anualmente, no fim do terceiro período, o Coordenador da EECE procederá às ações que considerar pertinentes para recolher informações e fará uma breve síntese das mesmas. De três em três anos letivos, ou seja, sempre que se cumpra um ciclo de estudos, o Coordenador procederá ao balanço da EECE e elaborará um Relatório e uma eventual proposta de reformulação da EECE.

São indicadores de impacto:

- Redução do número de participações disciplinares;
- Número de alunos que participam em projetos e em atividades escolares não letivas;
- Melhoria dos resultados;
- Sucesso e qualidade do sucesso;
- Número de alunos participantes em sessões de discussão pública sobre questões de cidadania;
- Número de atividades realizadas pelos alunos em instituições da comunidade local;
- Número de iniciativas por parte dos alunos (ou de quaisquer outros elementos da comunidade escolar) que promovam o respeito e a solidariedade (campanhas, voluntariado...).

Referências bibliográficas e webgráficas

- Fernandes, D. (2011). Desafios da Educação em Portugal. Entrevista realizada por Marcelo Gutierrez, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NjD06SOL5iA>. Consultada em 22 de Agosto de 2019.
- Portugal, G. (2017). Estratégia Nacional de Educação Para a Cidadania. Portugal.gov.pt. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/madj/docs/20170915-madj-medu-estrategia-nacional-educacao-cidadania.aspx>. Consultado em 25 de Novembro de 2018.
- Trindade, R. & Cosme, A. (2019). *Cidadania e Desenvolvimento, Propostas e Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora.
- XXI Governo Constitucional (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa.
- XXI Governo Constitucional (2018). *Aprendizagens Essenciais Educação e Cidadania*. Lisboa.